

DINHEIRO PÚBLICO

Em sete anos, o governo desembolsou R\$ 2,5 bilhões para indenizar perseguidos da ditadura. Na gestão petista, aumentaram os pedidos

Compensação milionária

EDSON LUIZ

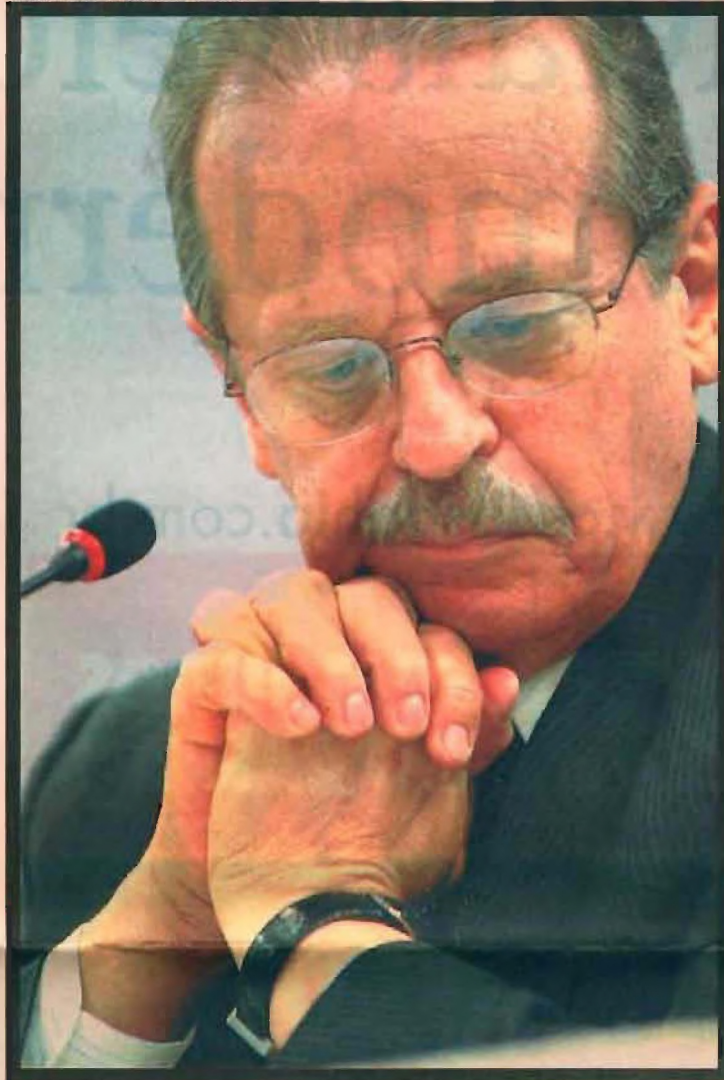
DA EQUIPE DO CORREIO

Na semana passada, o Ministério da Saúde anunciou o repasse de R\$ 2,7 bilhões para o reajuste de procedimentos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS). Os valores, que atenderão os 26 estados e o Distrito Federal, estão próximos do que 10 mil pessoas ganharam nos últimos anos em indenizações por perseguição política durante o regime militar. Até novembro de 2008, a União desembolsou R\$ 2,5 bilhões para essa finalidade. Desde 2001, o Ministério da Justiça analisa pedidos de reparação econômica e anistia, mas o aumento das solicitações ocorreu no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Alguns casos tornaram-se polêmicos, assim como as cifras pagas.

E foi justamente por causa de pagamentos duvidosos que as indenizações passaram a ser chamadas de bolsa-ditadura. Um dos primeiros casos analisados foi de Carlos Heitor Cony, que recebeu R\$ 1,4 milhão, o correspondente aos valores dos salários do período em que esteve afastado de redações de empresas de mídia. Os mesmos protestos surgiram quando os cartunistas Ziraldo e Jaguar ganharam reparações econômicas do governo. Os dois trabalhavam no *Pasquim*, o jornal que fazia oposição ao regime militar. Ziraldo rebateu os críticos afirmando que se dispôs a enfrentar a ditadura, enquanto algumas pessoas nada fizeram.

Já a professora de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anita Leocádia Prestes, filha dos militantes comunistas Luiz Carlos Prestes e Olga Benário, recebeu a reparação econômica por ter se afastado de suas atividades profissionais quando se exilou na antiga União Soviética. Os R\$ 100 mil pagos de uma única vez à professora, porém, foram doados por ela a uma instituição de combate ao câncer. "Eu não queria receber. Não fui presa, não

Carlos Vieira/CB/D.A. Press - 9/12/08



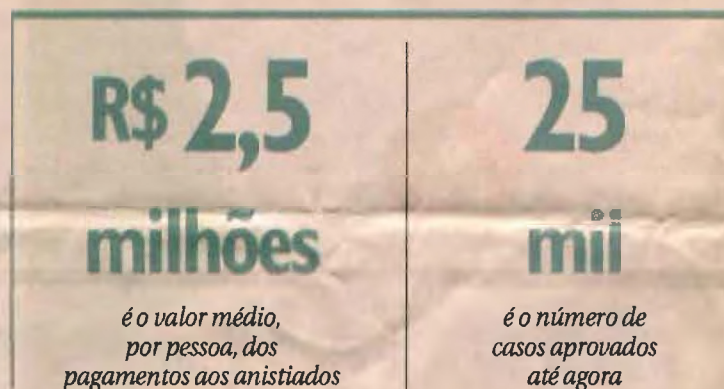
MINISTRO TARSO GENRO FEZ QUESTÃO DE CONCEDER ANISTIA A CHICO MENDES

As primeiras sessões de análise dos processos começaram timidamente em 2001, quando quatro foram apreciados. Em 2004, no começo do atual governo, o número era de 53 e este ano foram 114 casos avaliados até novembro passado. Desde que criou a comissão, o Ministério da Justiça cadastrou 62 mil processos, dos quais 38 mil foram julgados e 25 mil deferidos. Até agora, 10 mil requerentes obtiveram a reparação econômica, que varia de acordo com a remuneração que a pessoa recebia ou a função exercida na época em que teve os direitos políticos cassados. Outras 15 mil pessoas conquistaram apenas a declaração de anistia sem indenização financeira. Com isso, a média de pagamentos feitos pelo governo federal aos anistiados foi de R\$ 2,5 milhões por pessoa.

Chico Mendes

Isso, porém, não quer dizer que todos recebam valores iguais. Enquanto Cony teve uma indenização acima de R\$ 1 milhão, Ilzamar Gadelha Mendes, viúva do líder seringueiro Chico Mendes, assassinado em 22 de dezembro de 1988, receberá cerca de R\$ 300 mil. Mas, ao contrário do jornalista, ela terá uma pensão vitalícia. Para justificar o pagamento, o ministro da Justiça, Tarso Genro, disse que Mendes era um homem à frente do seu tempo: "Sua anistia é a afirmação do processo democrático no Brasil", observou. "Foi um sujeito civilizatório que combateu a desigualdade, a violência e a impunidade."

Se foi no governo Lula que as reparações econômicas cresceram, foi também na atual administração que caíram os valores do pagamento continuado. Quando o ministro da Justiça de Fernando Henrique Cardoso era José Gregori, as pensões ficaram em torno de R\$ 5,6 mil. Hoje a média é de R\$ 3 mil. O montante médio das indenizações únicas também caiu de R\$ 61,5 mil no governo FHC para R\$ 56,5 mil atualmente.



fui torturada. Meu pai nunca quis voltar ao Exército, nunca pediu a pensão a que tinha direito. Por que receber?", perguntou,

em junho de 2007, quando recebeu a anistia política, o que Anita queria apenas para acrescentar ao seu tempo de aposentadoria.